



ELEMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Leticia Padeski Ferreira, Aline Kaiane Ferreira Urbano, Claudemir Aurelio, Fabiana Maria Alexandre, Ivan Ricardo Dias Salvador

RESUMO

A Educação Física escolar, desde o movimento renovador tem reivindicado estatuto e reconhecimento como disciplina curricular, o que implica que detém um objeto próprio de estudo, objetivos, tendo de se preocupar com questão como a metodologia utilizada nas aulas, aspectos relacionados à avaliação, entre outros. É reconhecido que o intenso movimento teórico acontecido na área no final do século XX não impactou de forma esperada a prática docente na escola. Algumas destas teorias tentaram dotar a Educação Física escolar de conhecimento que pudesse vir a colaborar com a formação de uma sociedade justa e igualitária, formação esta que pode ser compreendida como crítica. Desta maneira, através de uma revisão bibliográfica, propomos analisar aquelas teorias que podem ser classificadas como críticas na Educação Física, cruzando com teorias da educação que discutem a possibilidade de uma formação emancipadora, a fim de identificar possibilidades e limites, almejando assim contribuir com a construção de um professor de Educação Física qualificado para os enfrentamentos necessários, um professor emancipador. Assim, abordaremos inicialmente o que se entende por uma educação emancipadora, a partir dos estudos de Tonet, Saviani, entre outros, para então analisar a abordagem teórica crítico-emancipatória, para, por fim, indicar avanços e limites.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação Física escolar; abordagem crítico-emancipatória; Educação.*



ABSTRACT

The Physical Education in school since the renewal movement has claimed status and recognition as a curriculum subject, which implies its own study object, objectives, concerning with questions about the methodology used in class, aspects related to the evaluation, among others. It is recognized that the intense theoretical movement happened in the area in the late twentieth century did not affect the expected form the teaching practice at school. Some of these theories have attempted to provide the Physical Education of knowledge that could come to collaborate with the formation of a just and egalitarian society, this formation can be conceived as critical. In this way, through a literature review, we propose to analyze those theories that can be classified as critical in Physical Education, crossing with theories of education to discuss the possibility of an emancipatory education in order to identify possibilities and limits, thus aiming to contribute to the construction of a physical education teacher qualified for the necessary confrontations, an emancipatory teacher. So initially we discuss what is meant by an emancipatory education, from Tonet, Saviani, among other studies, to then analyze the critical-emancipatory theoretical approach to finally indicate advances and bounds.

KEYWORDS: *Physical Education; critical-emancipatory approach; Education.*

RESUMEN

El movimiento de renovación de la Escuela de Educación Física se ha cobrado estatus y el reconocimiento como una materia curricular, lo que implica que sostiene un objeto de estudio en sí, objetivos, tener que preocuparse por cuestionar la metodología utilizada en clase, los aspectos relacionados con la evaluación de otros. Se reconoce que el movimiento teórico intensa ocurrió en la zona a finales del siglo XX no afectó a la forma esperada de la práctica de la enseñanza en la escuela. Algunas de estas teorías han tratado de proporcionar la educación física de los conocimientos que podrían venir a colaborar con la formación de una sociedad justa e igualitaria, esta formación puede ser entendida como crítica. De esta manera, a través de una revisión de la literatura, nos proponemos analizar las teorías que pueden ser clasificados como críticos en la educación



física, el cruce con las teorías de la educación para discutir la posibilidad de una educación emancipadora con el fin de valorar las posibilidades y límites, buscando con ello contribuir a la construcción de un maestro de educación física se clasificó para las confrontaciones necesarias, un profesor emancipatorio. Por lo que inicialmente se discute lo que se entiende por una educación emancipadora, a partir de estudios Tonet, Saviani, entre otros, a continuación, analizar el enfoque teórico-crítico emancipador para indicar finalmente avances agigantados.

PALABRAS CLAVES: la educación física; enfoque crítico-emancipatoria; Educación.

INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar, desde o movimento renovador (DARIDO, 2005) (BRACHT, 1996) tem reivindicado estatuto e reconhecimento como disciplina curricular, o que implica que detém um objeto próprio de estudo, objetivos, tendo de se preocupar com questão como a metodologia utilizada nas aulas, aspectos relacionados à avaliação, entre outros.

É reconhecido que o intenso movimento teórico acontecido na área no final do século XX não impactou de forma esperada a prática docente na escola. Algumas destas teorias tentaram dotar a Educação Física escolar de conhecimento que pudesse vir a colaborar com a formação de uma sociedade justa e igualitária, formação esta que pode ser compreendida como crítica (SAVIANI, 1996).

São vários os fatores que colaboram para este quadro: da formação dos professores à cultura escolar instituída. Embora o discurso pela educação que se pretende crítica esteja presente, inclusive, em documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (PARANÁ, 2008) e as Diretrizes Curriculares Municipais de Curitiba (CURITIBA, 2006), a efetivação da Educação Física na escola pode facilmente fugir aos pressupostos defendidos.

Em tempos nos quais os movimentos conservadores tem ganho força, com a ascensão aos poderes institucionalizados, inclusive tentando controlar a ação educadora, como os projetos de lei aprovados de acordo com os objetivos como os da ONG “escola



sem partido”, e diante das dificuldades em concretização, os discursos pró educação crítica necessitam de maior reflexão e aprofundamento, frente aos desafios que se impõe.

Desta maneira, propomos analisar aquelas teorias que podem ser classificadas como críticas na Educação Física, cruzando com teorias da educação que discutem a possibilidade de uma formação emancipadora, a fim de identificar possibilidades e limites, almejando assim contribuir com a construção de um professor de Educação Física qualificado para os enfrentamentos necessários, um professor emancipador.

Assim, abordaremos inicialmente o que se entende por uma educação emancipadora, a partir dos estudos de Tonet (2005), Saviani (1996), entre outros, para então analisar a abordagem teórica crítico-emancipatória (KUNZ, 2001), para, por fim, indicar avanços e limites para se pensar uma Educação Física que se deseje emancipadora.

AS TEORIAS CRÍTICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM BREVE PANORAMA

A Educação Física aplicada antes da década de 1980 nos estabelecimentos de ensino tinha como herança os métodos ginásticos Alemão, Sueco e Francês, métodos esses higienistas e militaristas. Neste período também foram popularizados os esportes nas instituições de ensino, com o intuito de formar atletas e tornar o Brasil uma potência esportiva (SOARES, 1994).

Na década de 1980 os professores brasileiros de educação física não tinham muitas possibilidades de formação continuada e os que queriam aumentar seus conhecimentos, tinham que busca-lo em outros países, pois no Brasil, tais cursos, como mestrado e doutorado não eram oferecidos. (DARIDO, 2005).

Com o fim da Ditadura Militar brasileira (1985), ocorreu uma grande transformação nos conceitos da aplicabilidade da educação física escolar. Principalmente com relação a introdução de alunos de séries iniciais nos esportes (KUNZ, 2001), pois o Ministério de Educação proibia a introdução desses alunos na iniciação esportiva de rendimento. E foi neste período que iniciaram os encontros nacionais de estudantes de educação física, que segundo Almeida e Sergipe (2008, p. 28), surgiram como meio de estudar e buscar novas soluções para redimensionar a atuação pedagógica na realidade social no cenário brasileiro.



Assim, foi neste período, que muitas propostas educacionais apareceram, com a intenção de modificar os conceitos da Educação Brasileira, principalmente da educação física, que consiste em desmistificar que sua identidade é uma prática voltada para a biologização e desportivização dos seus conceitos, com a proposta de efetivar o desenvolvimento político-pedagógico da educação física brasileira (KUNZ, 2001). Pois para Almeida (2008, p. 28) a prática da educação é um meio de intervenção político-social, onde poderia ser visto a emancipação no sujeito no contexto sociocultural.

Dessa forma as teorias críticas pretendem que o aluno compreenda a realidade da forma mais ampla possível, para que assim possa agir no sentido de modificá-la, tendo como objetivo maior a emancipação humana, ou seja, o sujeito livre.

O HOMEM LIVRE E A EDUCAÇÃO

Para contextualizar o que é Homem Livre, Saviani (1989) volta a antiguidade grega, onde para ser um homem livre, o cidadão deveria ser considerado ser humano. Os escravos não eram considerados seres humanos, conseqüentemente não eram livres. Contudo na época moderna a burguesia a classe em ascensão, vai se mostrar uma classe revolucionária, a qual defende a igualdade e a liberdade dos homens, criticando a nobreza e o clero, e mostrando os meios os quais utilizavam não era natural e nem divino, mas eram sociais, demonstrando-os a injustiça que se estabelecia.

Com isso a burguesia conseguiu transformar uma sociedade com base num suposto direito natural, por uma sociedade contratual, onde os servos agora trabalhadores teriam os mesmos direitos dos donos das terras, o trabalhador com direito de vender a mão de obra e o proprietário de aceitar ou não a mão de obra. Com isso a burguesia estruturou uma base igualitária a qual o sistema de ensino advoga a escolarização para todos.

Sendo assim entende-se por um homem livre aquele que tem o seu livre arbítrio em suas escolhas definindo o que deseja fazer. Estas escolhas porém, nunca são totalmente livres, pois ao viver em sociedade abdica de seus instintos naturais para se adequar as regras sociais. Além disto, é dependente das necessidades fisiológicas, de tal modo que uma real liberdade só começa na medida em que tem garantida a suas necessidades básicas



de sobrevivência. Porém as regras sociais nem sempre limitam o homem apenas para garantir o bom convívio, mas muitas vezes são mecanismo para manter um estado de desigualdade, no qual o homem é explorado pelo próprio homem. Se na idade média os homens eram dominados pelo “direito natural”, agora são dominados pela razão industrial, notadamente capitalista. (ADORNO, 1985).

Tendo isto em vista, de que formas a educação pode se relacionar com a emancipação humana?

O QUE É UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA?

Para conceituarmos uma educação emancipadora, necessitamos da delimitação do conceito de emancipação. Kunz (2001, p. 33) define “emancipação” como um processo de libertar o jovem das condições que limitam o uso da razão crítica e com isso todo seu agir social, cultural e esportivo, capaz de ser desenvolvido com a educação. Já para Tonet (2005) a emancipação humana não se configura como um estado, um ponto final de um processo, mas sim uma forma determinada de sociabilidade, sempre em processo. Dessa forma podemos perceber que para ambos os autores a emancipação trata-se de um processo que perpassa o conhecimento e a razão crítica, que passa por um processo de vivência, ação real, concreta.

A partir desse panorama teórico, para o compreendermos, não podemos nos furtar de discutir os conceitos de cidadania e liberdade. Cidadania, de acordo com Freire (1993) citado por Tonet (2005), é a condição de cidadão, expressa no gozo dos direitos e deveres do indivíduo. Para formar um cidadão é necessária a formação de pessoas conscientes e livres (TONET, 2005).

Pode-se observar que a cidadania não tem vínculo com o capitalismo, pois já existia antes dessa forma de organização social. Os estudiosos Lefort (1983) e Coutinho (1980, 2000) sugere que a democracia e cidadania são os valores de caráter universal. Chauí (1997, p. 430) reforça que “a sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e a criação de novos direitos”.



A escola pode colaborar para a construção da cidadania, na medida que oportuniza o acesso aos conhecimentos que permitirão compreender a realidade e perante ela se posicionar e agir. Para dar conta de tal iniciativa a instituição escolar deve ser autônoma, democrática, participativa, integrada ao contexto comunitário, disciplinada, que fomenta a criatividade e respeita a diversidade (TONET, 2005). Sendo assim temos na escola o objetivo de fomentar um cidadão-trabalhador (LIBÂNEO, 2005), um sujeito com uma visão crítica da sociedade, capaz de compreendê-la e modificá-la, não somente um indivíduo a ser integrado no mercado de trabalho.

Quando nos debruçamos sobre o conceito de liberdade, Tonet (2005) nos traz a reflexão de que a liberdade é limitada, não sendo possível um indivíduo plenamente livre.

Baseado nas ideias de Marx, Tonet (2005) destaca que o caráter jurídico-político limita a liberdade na organização social capitalista. Ao elaborar o comunismo, Marx citado por Tonet (2005) sugere a liberdade como algo real, integral e ilimitada, permitindo a emancipação humana.

Quando se trata de estado quer dizer que é a reprodução ampliada do ser social à custa de muito sangue e muita brutalidade, mas, sem dúvidas, melhor que a extinção da humanidade, ao mesmo tempo, apesar de existir opressão das classes, pelo menos são oprimidos pelo poder democrático, melhor do que pelo poder despótico citado acima. Há ainda a abertura das possibilidades e autoconstrução da individualidade. Para Marx (1844), há uma dependência da dimensão política em relação a economia.

O capitalismo se originou da compra e venda de força de trabalho, o valor de troca, mercadoria, propriedade privada, trabalho assalariado, o capital, mais-valia, etc. Todos esses atos geram a desigualdade social. Segundo Marx (1998) o trabalho assalariado torna impossível a entrada do trabalhador numa comunidade totalmente humana, também é um obstáculo para autoconstrução humana. Capitalismo não é aquele que compra algo de alguém, desapropria o vendedor de algo que é essencial (alienação) adquire poder sobre ele.

Na comunidade primitiva já acontecia a divisão do trabalho, porém, as forças sociais eram de fatos sociais tanto na produção, como da distribuição e do consumo, o



processo do começo ao fim era acessível a compreensão de todos. Divisão social do trabalho, já não está mais dividida entre todos, mas, aqueles grupos que trabalha e se apropria da maior parte. A primeira consequência da divisão do trabalho é a sociedade privada, a segunda são os interesses individuais e coletivos. Na época primitiva eram sociais, agora são apropriadas a determinados grupos. A terceira consequência é algo que origina do homem que é criado por ele, se depara dele.

Ou seja, a raiz da alienação está na divisão social do trabalho, está ligada as relações concretas e à consciência. Entre tudo, a ciência e a técnica são forças sociais que se voltam contra os homens e determinam sua vida. Marx (1998) deixa claro que é um processo complexo, que se refere ao produto do trabalho quanto ao processo de produção e as relações do indivíduo com o gênero humano e com os outros indivíduos.

O trabalhador acaba se tornado um objeto, o trabalho alienado não é livre nem consciente, uma vez que o indivíduo não compreende o seu verdadeiro caráter nem tem a regência sobre o processo, a pessoa não se afirma, não se sente bem, não desenvolve suas energias, maltrata o corpo e arruína o espírito. O trabalho devia ser um momento de satisfação, autoconstrução pessoal, onde o homem produz para satisfazer as necessidades mas usando da criatividade. No capitalismo não visa tornar o trabalhador mais rico, é degradado ao meio de sobrevivência dele (MARX, 1988).

A produção e reprodução do capital exigem indivíduos com determinadas qualidades que não estejam atados a nenhum grupo social, a sociedade é composta por indivíduos competitivos, opostos entre si, se não existisse a política a guerra seria inevitável. A cidadania deu origem na passagem do feudalismo ao capitalismo, ela é o resultado das lutas das classes trabalhadoras (MARX, 1988).

A liberdade seria a autodeterminação, para o homem natural significa o “direito” de buscar por todos os meios ao seu alcance, a satisfação de seus interesses. A comunidade política é restrita, parcial, limitadas, a comunidade humana é ampla, integral e ilimitada, ser cidadão é ser membro de uma comunidade política implica aceitar as “regras do jogo”. Pode-se concluir que é ilusão querer colocar a educação a serviço da formação de cidadãos especialmente nos países pobres (MARX, 1988).



No senso comum costuma-se afirmar ser o papel da escola o de formar cidadãos. Essa expressão se torna problemática, já que ser cidadão implica na forma de organização social, que não depende apenas da educação, e, portanto, não pode ser resolvido apenas por ela. Contudo a educação pode contribuir para a formação de sujeitos emancipados, quando permite acesso ao conhecimento que possibilitará a compreensão dos arranjos sociais e assim ao posicionamento diante desses arranjos.

Se a educação como um todo possui seus limites, o que pensar de uma disciplina escolar? Mais precisamente, de que formas a Educação Física pode auxiliar na formação de sujeitos que se pretendam críticos?

A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS RELAÇÕES COM UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Entre as diversas abordagens teóricas construídas no campo da Educação Física, nos debruçaremos sobre uma: a crítico-emancipatória (KUNZ, 2001).

Diferente do que acontece em muitas instituições de ensino, onde o professor impõe as atividades a serem realizadas nas aulas de educação física, as atividades propostas de acordo com a abordagem crítico-emancipatória (KUNZ, 2001) levam em consideração a participação dos alunos, de maneira que ele possa questionar, avaliar e propor maneiras para que estas possam ser realizadas. Assim, prevendo a possibilidade de comunicação professor-aluno, aluno-aluno e aluno-professor. Que segundo Kunz (2001, p. 31) a educação é um processo de ações comunicativas, não sendo ele, um processo dado e sim desenvolvido. Tornando assim as aulas mais comunicativas e prazerosas no que diz respeito a realização das atividades.

Para Kunz (2001, p. 36), a proposta crítico-emancipadora oportuniza aos alunos a percepção da coerção auto imposta, conseguindo dissolver o poder e a objetividade, podendo assumir um estado de liberdade e de conhecimento de seus interesses. Aqui se percebe uma contradição com a educação emancipadora proposta por Tonet (2005), pois se a liberdade depende da condição estrutural de como se produz e socializa os bens, não é por uma atitude individual que se altera o funcionamento da sociedade. O fato do aluno se



libertar de uma forma padronizada de movimento não garante que este compreender o ordenamento social e assim tenha possibilidades de agir para alterá-lo.

Kunz (2001) considera a abordagem crítico-emancipatória uma utopia, por considerar que tal abordagem seria capaz de iniciar, a partir das aulas de educação física, um processo de redimensionamento da educação escolar para os jovens de hoje, mesmo estando presente em muitas reformas de outras áreas da educação. Kunz (2001), ainda, declara que autores como Paulo Freire, Saviani, Gadotti, entre outros, também acreditavam em uma educação emancipadora mais voltada para a formação da cidadania, do que para o trabalho (KUNZ, 2001), sendo este um dos limites destas teorias para a emancipação humana, já que ao direcionar a discussão para a cidadania, desvia-se o foco da questão ontológica da formação do ser social, o sistema de produção e distribuição dos bens. (TONET, 2005).

De qualquer forma, se o professor de Educação Física optar pela abordagem crítico-emancipatória, será necessário que o professor assuma uma personalidade contrária do que o esporte exige, a performance. Tendo que, em suas atividades, os conteúdos apresentem um caráter teórico prático, permitindo que os alunos possam organizar as atividades, esportes, movimentos e jogos, de acordo com suas necessidades e possibilidades (KUNZ, 2001, p. 36).

Diante desta concepção, o professor, com a participação de seus alunos, direcionará as atividades, onde não se prevaleça apenas a vitória, mas sim a participação de todos os alunos.

Na realidade, o que as teorias críticas, em especial a crítico-emancipatória propõe, é que haja uma educação voltada para a emancipação do aluno. Que a instituição de ensino possibilite ao aluno questionar o meio, a sociedade em que vivem e porque vivem desta forma, pois, segundo Almeida (2008, p. 28), “a educação pode ser uma intervenção político social, onde pode ser vista a emancipação do indivíduo em seu contexto sociocultural”.

Desta forma, as aulas de educação física poderão ir além das questões fisiológicas e biologizadas, mantendo-se críticos as essas formas que são tomadas como princípios no



direcionamento da disciplina. Dessa forma os alunos poderão encarar a aplicabilidades dos conteúdos sob uma nova ótica, na qual poderão questionar e com isso poder construir com o professor a atividade, agregando significado e visão crítica ao conhecimento.

PROPONDO CAMINHOS...

Este trabalho não se propõe a esgotar a discussão. Trata-se de primeiras reflexões de um trabalho em construção. Buscou-se aqui tematizar alguns conceitos centrais que possibilitem a contínua e necessária reflexão sobre o papel da escola, e da Educação Física, enquanto disciplina escolar, frente aos enormes desafios sociais que se interpõe a existência humana.

Parafraseando Paulo Freire, se a Educação Física sozinha não muda a escola, isto tão pouco é possível sem ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALMEIDA, A. Interfaces metodológicas da educação física crítico-emancipatória. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 30, p.27-38, 2008. Mensal.
- BRACHT, V. Educação Física no 1o. Grau: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, supl.2, p.23 - 28, 1996. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/v10%20supl2%20artigo4.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2015.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.
- COUTINHO, C. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, C. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DARIDO, S.; SANCHES NETO, L. "O contexto da Educação Física na escola." _____;
- RANGEL, I. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.



Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba. v.1. **Princípios e Fundamentos**. Curitiba: 2006.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógico do esporte**. 4. ed. Ijuí: Unijui, 2001.

LEFORT, C. A questão da democracia. 1983. In: LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIBÂNEO, J. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano**. 1844. Tradução Ivo Tonet. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>>. Acesso em: 15mai. 2015.

_____. **O Capital**.v. 1. 16. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Educação Física**. Curitiba: SEED, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: polemicas do nosso tempo**. Editora Autores Associados, 32.ed, Campinas, 1996.

SOARES, C. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, Autores Associados, 1994.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.